

NOTA DE POSIÇÃO ESTRATÉGICA

« O Contexto Estratégico Francês sobre Minerais Críticos e a Guiana Francesa (2022-2026):

Uma Janela de Oportunidade a Securizar »

Institut Atlantique Sud – Junho de 2026

A Guiana Francesa deixou de ser apenas um território ultramarino confrontado a desafios persistentes de segurança interna, desenvolvimento econômico e proteção ambiental. Ela constitui hoje uma alavanca estratégica de soberania crítica para a França e a União Europeia, num contexto geopolítico marcado por uma dependência estrutural e crescente dos abastecimentos chineses de minerais e metais críticos essenciais à transição energética e digital. Entre 2022 e 2026, quatro pilares institucionais e regulamentares convergiram para transformar radicalmente o contexto estratégico da Guiana Francesa no domínio dos recursos minerais. Essa convergência cria uma janela de oportunidade histórica, porém frágil, cuja securização exige uma leitura estrutural das vulnerabilidades híbridas e uma abordagem integrada que combine segurança, desenvolvimento sustentável e cooperação regional, em particular com o Brasil. Esta nota inscreve-se no prolongamento da Revista Estratégica Nacional, da Lei de Programação Militar 2024-2030 e do Critical Raw Materials Act europeu, que sublinham o imperativo de reduzir as dependências externas críticas e de securizar as cadeias de abastecimento estratégicas. Ela propõe uma análise prospectiva e recomendações acionáveis para os decisores institucionais e os parceiros estratégicos.

Os Quatro Pilares da Transformação (2022-2026)

Data	Evento
Jan. 2022	Relatório Varin sobre a securização dos abastecimentos de metais críticos
Dez. 2022	Criação da DIAMMS (Decreto nº2022-1550) e nomeação do delegado interministerial
Março 2024	Plano de ação da parceria estratégica França-Brasil e lançamento do DTEMS
Março 2025	Lançamento do inventário dos recursos minerais na Guiana Francesa
Agosto 2025	Decretos de aplicação da reforma do código mineiro (disposições específicas para a Guiana Francesa)
Nov. 2025 / Jan. 2026	Relatório do Senado nº135 « O Platô das Guianas » – diagnóstico e 20 recomendações
Abril 2026	Relatório de progresso do inventário dos recursos minerais – foco no Sillon Nord

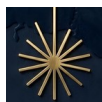
DADOS-CHAVE

- Produção ilegal de ouro na Guiana Francesa: estimativas de 4 a 8 toneladas/ano (contra ~1 tonelada legal recente) – predominantemente exógena (redes brasileiras via Suriname)
- Dependência francesa: quase 100% de importações para numerosos minerais críticos (lítio, terras raras, nióbio...)
- Parcerias bilaterais: 15 parcerias estratégicas assinadas pela França desde 2022 no quadro da diplomacia dos recursos
- Potencial da Guiana Francesa: inventário de recursos minerais em curso (resultados esperados 2028-2029) – foco no Sillon Nord para lítio, nióbio, tântalo, terras raras e substâncias associadas

I. OS QUATRO PILARES DO CONTEXTO FRANCÊS (2022-2026)

1. Relatório Varin (janeiro de 2022) e criação da DIAMMS (dezembro de 2022)

O relatório apresentado por Philippe Varin ao governo em janeiro de 2022 constituiu o diagnóstico fundador da estratégia francesa de securização dos abastecimentos de matérias-primas minerais críticas. Ele destacou a vulnerabilidade estrutural da indústria francesa e europeia perante a concentração das cadeias de valor, particularmente sob influência chinesa, e formulou recomendações operacionais estruturantes: criação de um observatório, de um fundo de investimento dedicado, reforço da diplomacia dos recursos e governança interministerial reforçada. A implementação mais concreta foi a criação, pelo Decreto nº 2022-1550 de 10 de dezembro de 2022, da Delegação Interministerial para os Abastecimentos de Minerais e Metais Estratégicos (DIAMMS), colocada sob a autoridade do Primeiro-Ministro. Esse órgão de coordenação interministerial, personificado por um



delegado de alto nível, permitiu articular as ações dos ministérios da Economia, dos Negócios Estrangeiros, da Transição Ecológica e das Forças Armadas, associando estreitamente os industriais. Estimulou igualmente uma diplomacia ativa que conduziu à assinatura de 15 parcerias bilaterais estratégicas, incluindo o Diálogo de Alto Nível sobre Transição Energética e Minerais Estratégicos (DTEMS) com o Brasil, formalizado no plano de ação da parceria estratégica franco-brasileira de 28 de março de 2024.

2. Inventário dos recursos minerais na Guiana Francesa (lançado em março de 2025, relatório de progresso em abril de 2026)

O inventário dos recursos minerais na Guiana Francesa foi lançado em março de 2025 no quadro do programa nacional de inventário. Um relatório de progresso foi apresentado em Caiena de 23 a 28 de abril de 2026, com foco particular no Sillon Nord, uma das cinco regiões-alvo. Os resultados completos são esperados para 2028-2029. Esse inventário modernizado, baseado em métodos geofísicos e geoquímicos de ponta, visa preencher as lacunas de conhecimento sobre o subsolo da Guiana Francesa. Para além do ouro, tradicionalmente dominante, permitirá avaliar o potencial em lítio, nióbio, tântalo, terras raras e substâncias associadas – minerais críticos para baterias, ímãs permanentes, eletrônica e tecnologias de defesa. A Guiana Francesa poderá assim contribuir para a diversificação das fontes de abastecimento francesas e europeias, desde que as condições de governança, segurança e aceitabilidade social sejam reunidas.

3. Reforma do código mineiro e decretos de aplicação de 27 de agosto de 2025

A reforma do código mineiro, iniciada pela Lei Clima e Resiliência de 2021 e completada por ordenanças em 2022, encontrou sua culminação operacional com a publicação, em 28 de agosto de 2025 no Journal officiel, de quatro decretos de aplicação (notadamente os Decretos nº 2025-851, 2025-853 e seguintes). Esses textos levantam vários bloqueios jurídicos e administrativos que entravavam a exploração legal, ao mesmo tempo em que reforçam as exigências ambientais, sociais e de governança. Na Guiana Francesa, disposições específicas visam favorecer a exploração legal em zonas afetadas pelo garimpo ilegal, impor garantias financeiras adaptadas aos operadores artesanais guianenses, melhorar a rastreabilidade da produção de ouro e sistematizar o parecer do Grand Conseil Coutumier sobre os pedidos de exploração em zonas de direitos de uso coletivo das comunidades ameríndias e bushinengue. Essa reforma constitui uma alavanca maior para substituir uma economia mineira legal, rastreável e fiscalizada à economia paralela que prospera nas porosidades fronteiriças.

4. Relatório do Senado nº135 (2025-2026) « O Platô das Guianas: Afirmar a França como Ator Regional-Chave »

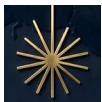
Depositado em 19 de novembro de 2025 e apresentado em janeiro de 2026, o Relatório de Informação do Senado nº135 fornece um diagnóstico sem concessões da situação no Platô das Guianas. Destaca a amplitude do garimpo ilegal – estimado entre 5 e 10 toneladas de ouro por ano conforme os períodos, com uma produção legal recente de cerca de 1 tonelada –, seu caráter predominantemente exógeno (mais de 96% dos atores envolvidos sendo estrangeiros, principalmente redes brasileiras operando a partir do Suriname via o Maroni) e as porosidades fronteiriças persistentes que fazem dele um corredor logístico duradouro para redes híbridas transnacionais. O relatório alerta igualmente sobre os apetites externos, notadamente chineses, pelos recursos do Platô e sobre os riscos de desestabilização regional. Formula 20 recomendações que clamam por uma mudança de paradigma: passar do « contenção repressiva » – que atingiu seus limites – a uma estratégia de valorização legal securizada, combinando ação reforçada contra as redes estruturadas, desenvolvimento de um setor mineiro legal responsável, cooperação acrescida com o Brasil e o Suriname, e afirmação da França como ator regional-chave no espaço amazônico.

II. A JANELA DE OPORTUNIDADE E SEUS BLOQUEIOS ESTRUTURAIS

A convergência dos quatro pilares analisados acima cria uma janela de oportunidade real e favorável para reposicionar a Guiana Francesa como contribuinte estratégica da soberania mineral francesa e europeia. Contudo, essa janela é frágil e suscetível de se fechar se os bloqueios estruturais não forem tratados com o mesmo rigor que os aspectos técnicos, jurídicos e geológicos.

1. O garimpo ilegal: um fenômeno estrutural e híbrido

Longe de ser um simples fenômeno de delinquência oportunista, o garimpo ilegal na Guiana Francesa é um sistema estruturado, rentável e resiliente. As estimativas recentes indicam de 4 a 8 toneladas de ouro extraídas ilegalmente por ano (contra cerca de 1 tonelada pela via legal), envolvendo vários milhares de pessoas, principalmente garimpeiros brasileiros operando a partir da



margem surinamesa do Maroni. As redes logísticas (combustível, equipamentos, alimentos, ouro) são sofisticadas e apoiam-se em corredores transfronteiriços duradouros. Atores chineses foram identificados no passado nas cadeias de abastecimento e de lavagem, confirmando a dimensão híbrida do fenômeno. As operações repressivas, embora necessárias e por vezes coroadas de êxito (apreensões significativas de equipamentos em 2025), atingem um « teto de vidro ». Sem uma estratégia credível de substituição econômica e de securização duradoura dos corredores, o vazio criado pelos desmantelamentos é rapidamente preenchido.

2. As porosidades fronteiriças: Maroni e Oiapoque como corredores híbridos

Os rios Maroni (fronteira com o Suriname) e Oiapoque (fronteira com o Brasil) constituem eixos logísticos naturais difíceis de controlar em todo o seu percurso. Essas porosidades não concernem apenas o garimpo de ouro: facilitam igualmente fluxos de narcóticos, armas, pessoas e potencialmente outras formas de crime organizado ou de influência estrangeira hostil. Numa leitura estrutural, esses corredores representam pontos de inflexão potenciais onde atores estatais ou não estatais poderiam explorar as fragilidades de governança para estender sua influência sobre os recursos estratégicos do Platô das Guianas.

3. Tensões ambientais, sociais e aceitabilidade dos projetos

O emblemático projeto Montagne d'Or foi bloqueado devido a preocupações ambientais e sociais legítimas, ilustrando a dificuldade de obter a aceitabilidade social para grandes projetos mineiros na Guiana Francesa. Os projetos atuais são na maioria projetos de ouro de porte médio (Espérance, Boulanger, Dieu-Merci, PER Basse-Mana e outros), conduzidos por operadores muitas vezes de tamanho modesto. A aceitabilidade dos futuros projetos de minerais críticos dependerá de normas ambientais e sociais elevadas, de uma governança inclusiva (incluindo as populações ameríndias e bushinengue via o Grand Conseil Coutumier) e de uma distribuição equitativa dos benefícios econômicos no território.

4. Minerais críticos ainda em fase de inventário/exploração

Ao contrário do ouro, cujo potencial é conhecido e explorado (legal ou ilegalmente), os minerais críticos identificados como prioritários pela estratégia francesa (lítio, nióbio, terras raras...) encontram-se ainda em fase de avaliação via o inventário dos recursos minerais. Os resultados esperados em 2028-2029 constituirão um ponto de inflexão maior: ou confirmarão um potencial significativo, justificando investimentos e securização reforçados; ou revelarão recursos limitados ou de exploração difícil, reduzindo o interesse estratégico imediato da Guiana Francesa nesse domínio. Antecipar esses cenários alternativos é essencial para não perder a janela.

Em resumo, a janela de oportunidade existe, impulsionada por uma vontade política e institucional clara desde 2022. Mas ela só se materializará se os bloqueios estruturais – garimpo ilegal híbrido, porosidades fronteiriças, aceitabilidade social e incerteza sobre o potencial real em minerais críticos – forem tratados por meio de uma abordagem integrada, antecipatória e de parceria, em particular com o Brasil.

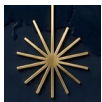
III. RECOMENDAÇÕES: SECURIZAR A JANELA POR MEIO DE UMA ABORDAGEM INTEGRADA

As 20 recomendações do Relatório do Senado nº135 constituem uma base sólida e pertinente. O Institut Atlantique Sud propõe enriquecer essa roadmap com uma leitura estrutural dos pontos de inflexão e uma abordagem integrada que combine segurança, desenvolvimento, cooperação regional e antecipação. Cinco recomendações prioritárias e acionáveis são formuladas a seguir.

Recomendação 1: Tratar o garimpo ilegal como fenômeno estrutural e híbrido

Para além das operações repressivas pontuais, adotar uma estratégia de longo prazo visando dismantlar as redes logísticas e financeiras transnacionais que estruturam a economia paralela. Isso implica reforçar a inteligência, a cooperação judiciária e operacional acrescida com o Brasil e o Suriname, e uma atenção particular aos fluxos financeiros e à lavagem. O objetivo não é apenas reduzir os volumes extraídos, mas tornar inviável, a médio prazo, o modelo econômico do garimpo ilegal.

Recomendação 2: Acelerar a transição para uma exploração legal securizada com normas ambientais e sociais elevadas



Implementar sem demora as disposições dos decretos de agosto de 2025 que permitem a instalação de operadores legais em sítios anteriormente explorados ilegalmente, garantindo ao mesmo tempo normas ambientais, sociais e de governança exemplares. Associar sistematicamente o Grand Conseil Coutumier às decisões e desenvolver mecanismos de partilha de benefícios com as comunidades locais. A rastreabilidade do ouro legal (via blockchain ou sistemas equivalentes) deve tornar-se um padrão para acessar os mercados europeus e internacionais exigentes.

Recomendação 3: Reforçar a cooperação França-Brasil sobre rastreabilidade e securização dos corredores (ligação explícita com o DTEMS 2024)

O Diálogo de Alto Nível sobre Transição Energética e Minerais Estratégicos (DTEMS), lançado em março de 2024 no quadro da parceria estratégica franco-brasileira, oferece um quadro institucional privilegiado. Deve ser plenamente ativado nos componentes « securização dos corredores transfronteiriços », « rastreabilidade mineral » e « luta contra as redes híbridas ». Uma task force conjunta França-Brasil-Guiana Francesa, associando forças de segurança, alfândegas e operadores, poderia ser criada para operacionalizar esses objetivos. A visão compartilhada de uma « Guiana Azul – Amazônia Azul » responsável e soberana constitui uma narrativa mobilizadora poderosa.

Recomendação 4: Utilizar o inventário dos recursos minerais como base de uma estratégia integrada segurança + desenvolvimento

Os resultados do inventário (relatório de progresso 2026, resultados completos 2028-2029) devem ser integrados desde já ao planejamento estratégico interministerial. Se o potencial em minerais críticos for confirmado, uma estratégia de securização e valorização responsável deve ser preparada antecipadamente, incluindo infraestruturas, formação da mão de obra local, normas ambientais e sociais e parcerias público-privadas. Se o potencial se revelar limitado, pivote-se para uma estratégia de valorização sustentável dos recursos conhecidos (ouro legal, agregados, etc.) e de diversificação econômica do território.

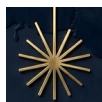
Recomendação 5: Desenvolver uma capacidade de antecipação estrutural dos pontos de inflexão

Os limiares críticos de inflexão (intensificação dos fluxos híbridos, descoberta ou não de depósitos significativos, mudança na aceitabilidade social, evolução das estratégias dos atores externos) podem ser antecipados de 12 a 24 meses por meio de uma leitura estrutural das vulnerabilidades institucionais e híbridas. O Institut Atlantique Sud propõe acompanhar os atores institucionais no desenvolvimento e na utilização de ferramentas de antecipação adaptadas (como o IEDM – Indicador de Avaliação da Dinâmica de Ameaças – e o Índice de Risco Estrutural), permitindo identificar sinais fracos e configurações de risco sistêmico antes que se tornem críticas. Essa capacidade de antecipação é complementar aos mecanismos existentes e reforça a resiliência da estratégia francesa no Platô das Guianas.

CONCLUSÃO E POSICIONAMENTO DO INSTITUT ATLANTIQUE SUD

A França dispõe, entre 2022 e 2026, de uma oportunidade histórica de reposicionar a Guiana Francesa como pilar de sua soberania mineral e de sua influência regional no espaço amazônico. Essa oportunidade é o fruto de uma convergência inédita: um diagnóstico compartilhado (Relatório Varin), uma governança interministerial operacional (DIAMMS), um quadro jurídico modernizado (reforma do código mineiro), um conhecimento geológico em vias de atualização e um diagnóstico senatorial que clama por uma mudança de paradigma (Relatório nº135). Contudo, essa janela não se materializará por si só. Os bloqueios estruturais e híbridos – garimpo ilegal estruturado, porosidades fronteiriças como corredores de redes transnacionais, tensões de aceitabilidade social e incerteza sobre o potencial real em minerais críticos – exigem ser tratados com o mesmo rigor analítico e operacional que os aspectos técnicos e jurídicos. Sem uma abordagem integrada, antecipatória e de parceria (em particular com o Brasil via DTEMS), existe um risco real de ver a janela se fechar, em detrimento da soberania francesa e europeia, bem como do desenvolvimento sustentável da Guiana Francesa.

O Institut Atlantique Sud propõe acompanhar essa transição estratégica fornecendo uma leitura estrutural e antecipatória das vulnerabilidades institucionais e híbridas do Platô das Guianas. Combinando expertise geopolítica, análise de redes transnacionais e ferramentas de avaliação da dinâmica de ameaças (IEDM / Índice de Risco Estrutural), o Instituto pode contribuir para identificar pontos de inflexão críticos com 12 a 24 meses de antecedência e formular recomendações integradas alinhadas aos objetivos de soberania compartilhada França-Brasil no espaço Guiana Azul – Amazônia Azul. Essa contribuição inscreve-se numa lógica de serviço público e de parceria institucional, a serviço das autoridades guianenses e dos parceiros



brasileiros. O objetivo é transformar uma oportunidade frágil em vantagem estratégica duradoura, em benefício da segurança, da prosperidade e da soberania compartilhada no Atlântico Sul.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

- Philippe Varin, Securing the supply of critical mineral raw materials for industry, Relatório ao governo, janeiro de 2022.
- Decreto nº 2022-1550 de 10 de dezembro de 2022 sobre a criação da delegação interministerial para os abastecimentos de minerais e metais estratégicos, Journal officiel, 10 de dezembro de 2022.
- Presidência da República, Novo plano de ação da parceria estratégica franco-brasileira, 28 de março de 2024 (incluindo o Diálogo de Alto Nível sobre Transição Energética e Minerais Estratégicos – DTEMS).
- Ministério da Transição Ecológica e da Coesão Territorial / BRGM, « Lançamento da atualização do inventário dos recursos minerais na Guiana Francesa », 20 de março de 2025; « Relatório de progresso do inventário dos recursos minerais na Guiana Francesa », Caiena, 23-28 de abril de 2026.
- Decretos nº 2025-851, 2025-852, 2025-853 e 2025-854 de 27 de agosto de 2025 sobre diversas disposições em matéria mineira, Journal officiel, 28 de agosto de 2025.
- Senado, O Platô das Guianas: afirmar a França como ator regional-chave, Relatório de Informação nº 135 (2025-2026), depositado em 19 de novembro de 2025, apresentado em janeiro de 2026.
- Ministério da Economia, Finanças e Soberania Industrial e Digital / DIAMMS, documentos de estratégia e balanços das parcerias bilaterais sobre minerais críticos, 2022-2025.
- Dados e estimativas sobre a produção legal e ilegal de ouro na Guiana Francesa: relatórios oficiais, intervenções parlamentares e análises da Prefeitura da Guiana Francesa, 2024-2026.
- Projetos mineiros na Guiana Francesa: Espérance, Boulanger, Dieu-Merci, PER Basse-Mana e outros títulos em curso; histórico do projeto Montagne d'Or (dados públicos e relatórios de impacto).
- Critical Raw Materials Act, Regulamento (UE) 2024/1252 do Parlamento Europeu e do Conselho, 11 de abril de 2024.
- Revista Estratégica Nacional e Lei de Programação Militar 2024-2030 (orientações sobre dependências críticas e soberania).

Nota: Esta nota de posição foi elaborada pelo Institut Atlantique Sud com base em fontes abertas e documentos públicos. Ela não compromete as instituições mencionadas e visa contribuir para o debate estratégico e a ação pública.